

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sexta-Feira, 15 de agosto de 2025 | edição nº 1341

R\$ 2,50

## MORAES PEDE PARA ZANIN MARCAR JULGAMENTO DE BOLSONARO E RÉUS DO NÚCLEO 1

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu nesta quinta-feira (14) ao presidente da Primeira Turma, ministro Cristiano Zanin, para marcar o julgamento presencial do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros réus do núcleo 1 da ação que apura um plano de golpe em 2022.

O pedido ocorre um dia após os oito réus desse núcleo terem apresentado as alegações finais sobre as acusações da PGR (Procuradoria-Geral da República).

"Considerando o regular encerramento da instrução processual, o cumprimento de todas as diligências complementares deferidas, bem como a apresentação

de alegações finais pela Procuradoria-Geral da República e por todos os réus, SOLICITO ao Exceletíssimo Presidente da PRIMEIRA TURMA, Ministro CRISTIANO ZANIN, dias para julgamento presencial da presente ação pena", diz o ministro.

Moraes agora prepara o relatório e o voto do caso para julgamento. Por ser o presidente, Zanin é o responsável de marcar a data do julgamento.

Condenação ou absolvição. Estes são os dois resultados possíveis quando os réus forem julgados pelo plenário da Primeira Turma.

Para isso, já em sessão de julgamento, Alexandre de Moraes fará a leitura do relatório final do processo.

Neste documento deve conter todas as etapas do processo envolvendo os réus.

Depois disso, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, ou algum representante da acusação, fará a sustentação oral por até uma hora. Por se tratar de um réu na ação, Zanin poderá ou não ceder mais tempo à acusação.

Em seguida, os advogados dos réus apresentam suas defesas. Como Mauro Cid é o delator no processo, os advogados dele devem começar com a sustentação, com o prazo de uma hora.

Somente após todas as manifestações, o relator apresenta seu voto e pede a condenação ou a absolvição dos réus, de forma individual.



## DESTAQUES DO DIA



**Brasil Soberano recebe elogios e sugestões de entidades industriais**

**'Se os EUA não quiserem comprar, não vou ficar chorando, vou procurar outros países', diz Lula**

**Motta diz que isenção do Imposto de Renda pode ser votada nos próximos dias**

**Plano de R\$ 30 bi para exportadores terá R\$ 9,5 bi fora da meta fiscal**



**BNDES anuncia investimento de R\$ 405 milhões em empresa de carros voadores da Embraer**



## NO MUNDO

## “Brasil tem sido um péssimo parceiro comercial”, diz Trump



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira (14) que o Brasil tem sido um “péssimo parceiro comercial”.

“O Brasil tem sido um péssimo parceiro comercial em termos de tarifas, como vocês sabem, eles nos cobram tarifas altíssimas, muito, muito mais do que nós cobrávamos deles”, comentou a repórteres na Casa Branca.

Trump falou sobre o assunto após ser questionado se não se preocupava que países como o Brasil estejam se aproximando da China.

Ele pontuou que não se preocupa porque, entre outros fatores, os Estados Unidos estão impressionando “todo mundo” e “indo melhor do que qualquer país” em termos de economia.

“Não, não estou preocupado nem um pouco. Não, eles podem fazer o que quiserem, eles não estão indo muito bem”, respondeu.

Nesta mesma coletiva, Donald Trump voltou a defender o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmando que tentam fazer uma “execução política” com o brasileiro.

“Eu sou muito bom com pessoas, ele [Jair Bolsonaro]

é um homem honesto, acho que o que eles fizeram... essa é uma execução política o que eles estão tentando fazer com Bolsonaro. Acho que isso é terrível”, disse Trump a repórteres na Casa Branca.

Autoridades dos Estados Unidos, incluindo o próprio Trump, já criticaram as investigações contra Bolsonaro por suposta tentativa de golpe de Estado anteriormente, chamando o caso de “caça às bruxas”.

Esse foi um dos motivos elencados na justificativa para imposição da tarifa de 50% contra alguns produtos brasileiros. CNN

## EUA e Rússia discutirão Guerra na Ucrânia e cooperação econômica

O assessor de política externa do líder russo compartilhou detalhes dos planos para o encontro de Vladimir Putin com o presidente dos EUA, Donald Trump, no Alasca na sexta-feira (15).

Yury Ushakov disse a repórteres que os líderes discutiriam guerra na Ucrânia e uma possível cooperação econômica.

A expectativa é que os presidentes tenham primeiro uma conversa individual, com a ajuda de intérpretes, antes de continuarem as conversas durante um almoço de negócios, segundo Ushakov. Ele disse que a duração das conversas “dependerá dos presidentes”.

Tanto a delegações russa quanto a americana serão compostas por cinco membros, com outros grupos de especialistas por perto, disse ele.

Ushakov disse que as equipes devem se concentrar na resolução da guerra na Ucrânia, bem como nas perspectivas de cooperação entre a Rússia e os EUA em questões comerciais e econômicas. “Após as negociações, Vladimir Putin e Donald Trump realizarão uma coletiva de imprensa conjunta, na qual resumirão os resultados das negociações”, disse Ushakov.

Além de Ushakov, a equipe russa é composta pelo Ministro das Relações Exteriores Sergey Lavrov, o Ministro da Defesa Andrey Belousov, o Ministro das Finanças Anton Siluanov e Kirill Dmitriev, negociador sênior e chefe do fundo soberano da Rússia.

O assessor também observou que as negociações serão realizadas perto do local de sepultamento dos pilotos soviéticos no Alasca.

CNN



## Israel avança plano de assentamentos que pode “enterrar Estado palestino”



Israel está avançando com planos para construir milhares de novas unidades habitacionais na Cisjordânia ocupada, dividindo o território em dois.

Segundo o ministro das Finanças israelense, Bezalel Smotrich, o projeto “enterraria permanentemente a ideia de um Estado palestino”.

O projeto de assentamento E1, paralisado há décadas devido à forte oposição internacional, conectaria Jerusalém ao assentamento de Maale

Adumim, fazendo com que o estabelecimento de Jerusalém Oriental como capital da Palestina praticamente impossível no futuro.

Isso também dividiria a Cisjordânia ao meio, impedindo o estabelecimento de um Estado palestino contíguo.

Smotrich anunciou a aprovação de 3.401 novas unidades habitacionais nesta quinta-feira (14) em uma coletiva de imprensa realizada no local da construção planejada.

“Eles falarão sobre um sonho palestino, e nós con-

tinuaremos a construir uma realidade judaica”, disse Smotrich.

“Essa realidade é o que enterrará permanentemente a ideia de um Estado palestino, porque não há nada a reconhecer e ninguém a reconhecer”, adicionou.

A aprovação final do plano é esperada para a próxima semana.

Smotrich tem pressionado o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu para anexar a Cisjordânia ocupada e aplicar a soberania israelense a todo o território.

CNN

**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### Brasil Soberano recebe elogios e sugestões de entidades industriais



O Plano Brasil Soberano, conjunto de medidas anunciado na quarta-feira (13) em apoio às empresas brasileiras prejudicadas pelo tarifaço norte-americano, teve repercussão entre as entidades representativas dos setores afetados, com elogios e sugestões de aperfeiçoamentos. As entidades têm manifestado interesse em colaborar para os próximos passos, no desafio de ajudar o governo brasileiro a tentar reverter as tarifas de até 50% anunciadas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avaliou como positivas as medidas anunciadas pelo governo brasileiro, em especial a

criação de linha de crédito especial com taxas de juros mais acessíveis, que pode chegar a R\$ 30 bilhões; o adiamento por dois meses do pagamento de tributos federais; e a reativação do Reintegra.

“Recebemos positivamente pelo fato de contemplar muitas das demandas feitas pelas indústrias, federações e associações setoriais, e também porque englobou dois conceitos básicos: continuar negociando como prioridade e, o segundo, se novas medidas forem necessárias elas serão tomadas”, disse, em nota, o presidente da entidade, Ricardo Alban.

Segundo ele, as medidas darão “um respiro” à indústria nacional. “Não queremos só respirar, mas

caminhar e, neste primeiro momento, o Plano Brasil Soberano representa abertura de mercado e reflete o esforço contínuo de manter o diálogo e buscar soluções”, destacou

Alban propõe ao governo atuação no sentido de buscar novos mercados, em especial com a União Europeia, e acordos bilaterais.

“A CNI seguirá trabalhando próxima ao governo para negociar e mitigar os impactos das tarifas, preservando a competitividade da indústria nacional”, informou a entidade ao avaliar que as medidas apresentadas “trarão alívio financeiro em momento crítico para o fluxo de caixa das empresas afetadas, permitindo que elas possam suportar esse momento”.

Pedro Peduzzi/ABR

### Plano de R\$ 30 bi para exportadores terá R\$ 9,5 bi fora da meta fiscal



O governo anunciou nesta quarta-feira (14) que vai pedir ao Congresso Nacional autorização para retirar R\$ 9,5 bilhões da meta fiscal deste ano como parte do plano de socorro a empresários atingidos pela tarifa de 50% sobre produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos.

O valor corresponde a R\$ 4,5 bilhões em crédito extraordinário para aportes em fundos garantidores — que entram pelo lado da despesa no orçamento — e R\$ 5 bilhões em renúncia fiscal via Reintegra, programa que devolve parte dos tributos pagos por exportadores e reduz a receita do governo, ou seja entram do lado da receita. Segundo o

### Setor de serviços cresce 0,3% em junho e atinge patamar recorde

O setor de serviços, o que mais emprega na economia e concentra atividades como transporte, turismo, restaurantes, salão de beleza e tecnologia da informação, cresceu 0,3% na passagem de maio para junho. Esse desempenho é o quinto mês seguido de expansão e faz o setor atingir o maior patamar da série histórica, iniciada em janeiro de 2011.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quinta-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O recorde anterior era de outubro de 2024 e maio deste ano. Os cinco meses consecutivos de alta deram ao setor um salto de 2%.

Com o resultado de junho, o setor fecha o primeiro semestre com alta de 2,5%. No acumulado de 12

meses, a expansão chega a 3%. Na comparação com junho de 2024, o mês de 2025 subiu 2,8%.

Apesar do número recorde, das cinco grandes atividades pesquisadas pelo IBGE, apenas uma — serviços de transportes — apresentou número positivo na passagem de maio para junho.

A Pesquisa Mensal de Serviços é a terceira de três levantamentos conjunturais divulgados mês a mês pelo IBGE. Nos últimos dias, o instituto revelou que a produção da indústria brasileira cresceu 0,1% em junho ante maio; e o comércio recuou 0,1% no mesmo intervalo de comparação.

Nos desempenhos acumulados em 12 meses, a indústria cresceu 2,4%. O comércio apresentou expansão de 2,7%.

Bruno de Freitas Moura/ABR



secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, a inclusão do waiver foi decidida na manhã do anúncio. “As ações buscam proteger exportadores, preservar empregos e assegurar a continuidade do desenvolvimento econômico do país”, afirmou em coletiva de imprensa para explicar o plano do governo.

O pedido será feito por meio de um projeto de lei complementar. O waiver permite que essas despesas fiquem fora do cálculo da meta fiscal — fixada para este ano em déficit zero, com tolerância de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 31 bilhões.

Já o chefe da Secretaria Especial de Análise Governamental da Casa Civil, Bruno Moretti, explicou que a legislação fiscal só

permite a exclusão de gastos da meta em situações específicas e com critérios técnicos bem definidos, como nexos de causalidade, limite temporal e cálculo fechado do impacto.

No caso do Reintegra, Moretti detalhou que a renúncia do Reintegra, por exemplo, tem relação direta com a crise provocada pelo aumento das tarifas dos EUA (nexo de causalidade), que a aplicação será restrita aos anos de 2025 e 2026 (limite temporal) e que o impacto financeiro está limitado a R\$ 5 bilhões nesse período (cálculo fechado).

Ele afirmou ainda que não seria viável garantir os recursos por meio de contingenciamento orçamentário.

## POLÍTICA

## 'Se os EUA não quiserem comprar, não vou ficar chorando, vou procurar outros países', diz Lula



O presidente Lula (PT) voltou a criticar nesta quinta-feira (14) o tarifaço imposto pelo presidente Donald Trump e disse que não vai ficar chorando.

"Se os EUA não quiserem comprar, não vou ficar chorando, rastejando, vou procurar outros países e vamos seguir em frente. Eu aprendi a andar de cabeça erguida. Quero que este país seja respeitado. Se eu respeito o povo americano, ele tem que respeitar o povo brasileiro", disse Lula.

"Nós vamos ajudar as empresas. Não vamos deixar morrerem às mínguas. E também não vamos ficar chorando porque ele parou de comprar, não. Vamos vender para a China, para Índia, para a Rússia, para a

Alemanha, para qualquer lugar. Em apenas dois anos e meio, nós abrimos 400 mercados. Ontem começamos a vender carne e miúdos para as Filipinas, que não compravam nada de nós", continuou o petista.

O discurso foi feito durante a cerimônia de inauguração da Fábrica de Hemoderivados da Hemobrás (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia), na cidade de Goiana, Zona da Mata Norte pernambucana.

Ao final, apesar das críticas ao tarifaço, Lula afirmou que seus ministros seguem abertos ao diálogo. "E nós ainda queremos negociar. Tenho Alckmin [Indústria e Desenvolvimento], Haddad [Fazenda], Fávoro [Agricultura], Mauro Vieira

[Relações Exteriores]. Todo mundo preparado para negociar. [Na] Hora que eles quiserem negociar, nós sentamos numa mesa", afirmou ele.

O presidente classificou o tarifaço como "uma insensatez com o Brasil", ressaltando a relação histórica com os EUA. "Nós somos parceiros deles há 200 anos, nossa relação diplomática é muito antiga. Não é de hoje", apontou ele.

Também lembrou que os EUA teve superávit no comércio com o Brasil e que Trump mente. "Não conte inverdade para o planeta Terra. Este país não quer guerra, nós somos da paz. Mas não mexa com a gente, porque nós temos sangue pernambucano", continuou.

Folhapress

## Eduardo espera mais sanções e diz que Brasil tem que dar "sinalização"

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) disse, nesta quinta-feira (14), que espera mais sanções dos EUA contra autoridades brasileiras e possivelmente mais tarifas contra o Brasil.

"Eu esperaria mais tarifas, porque as autoridades brasileiras não mudaram seus comportamentos", disse Eduardo em entrevista à agência de notícias Reuters.

A entrevista à Reuters ocorreu em Washington, capital dos EUA, após reuniões de Eduardo com autoridades americanas.

Eduardo avaliou que a possibilidade de novas sanções dos EUA contra ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que não Alexandre de Moraes são remotas, pois o foco seria isolar o magistrado, a quem ele chamou de "gângster", "psicopata" e "mafioso".

Procurado, o STF não re-

tornou ao pedido de comentário feito pela reportagem.

O Departamento de Estado dos EUA renovou a pressão sobre o Brasil nesta quarta (13), ao revogar o visto de cidadãos brasileiros que estiveram envolvidos com o programa Mais Médicos, instituído em 2013 e que contava com convênio com Cuba para a seleção de profissionais.

Eduardo Bolsonaro disse que espera que as sanções em relação ao Mais Médicos atinjam em breve o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e possivelmente a ex-presidente Dilma Rousseff (procurados pela reportagem, ambos ainda não responderam a pedidos de comentários).

"Acho difícil você imaginar que eles vão dar recado ao governo brasileiro, falando de Mais Médicos, tratando de sanções, e isso daí não alcançar a Dilma ou o próprio ministro Padilha", declarou.

CNN



## Motta diz que isenção do Imposto de Renda pode ser votada nos próximos dias



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou, nesta quinta-feira (14), esperar que o aumento da isenção do IRPF possa ser levado para a votação no plenário em breve.

"Nos próximos dias, esperamos que a medida possa ser apreciada no plenário da Câmara, já que é uma matéria muito importante para ajudar milhões de brasileiros e brasileiras, que terão a oportunidade de ter uma renda a mais com essa isenção. Então, a pauta do IR é, sim, uma prioridade para esse segundo semestre", disse em entrevista à GloboNews. Nesta terça-feira (12), porém, o

deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de lei de isenção do IRPF para quem recebe até R\$ 5.000, o PL 1.087/2025, afirmou que a proposta poderia ser aprovada pela Câmara apenas em dezembro.

Segundo Motta, a aprovação do relatório de Lira por unanimidade "demonstra que o ambiente na Casa é favorável para a aprovação dessa matéria". "Inclusive, a ministra Gleisi [Hoffmann] tem defendido essa pauta. Recentemente, o presidente Lula, com quem estive, também fez questão de reforçar a importância de o Congresso analisar", disse na entrevista.

Lira havia dito que o prazo para votação poderia

ser setembro ou dezembro, a depender de Motta. "Uma coisa é uma comissão [aprovar o texto], outra é no plenário. Tenho dito isso a todos os líderes ao presidente, a quem cabe fazer a pauta e colocar [para votar]", disse o deputado.

"O principal problema é a forma de compensação", disse, indicando que pode haver mudanças no texto aprovado na comissão especial", disse. "A gente tem que ter um binômio entre texto e voto", observou.

Na terça, Lira participou de almoço com deputados da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo) e pediu apoio deles para aprovar um texto "mais retilíneo".

Folhapress

## PUBLICIDADE LEGAL

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,4089 / R\$ 5,4095 \*\*

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,4152 / R\$ 5,4172 \*

Turismo - R\$ 5,4362 /

R\$ 5,6162

(\*) cotação média do

mercado

(\*\*) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: +0,30%

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,24%

Pontos: 136.355

Volume financeiro:

R\$ 22,816 bilhões

Maiores altas: Hapvida

ON (8,29%), MRV ON

(3,61%), Banco do

Brasil ON (2,96%)

Maiores baixas: Raízen

PN (-12,50%), Usiminas

PNA (-7,19%), Cosan

ON (-6,57%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,03%

Dow Jones (Nova York):

-0,02%

Nasdaq (Nova York):

-0,01%

CAC 40 (Paris): 0,84%

Dax 30 (Frankfurt):

0,79%

Financial 100

(Londres): 0,13%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,45%

Hang Seng (Hong

Kong): -0,37%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,46%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,08%

Merval (Buenos Aires):

-4,33%

IPC (México): -0,53%

## ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2024: 0,21%

Julho 2024: 0,38%

Agosto 2024: -0,02%

Setembro 2024: 0,44%

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024: 0,39%

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

HMC Consultoria e Participações S.A.  
Em Liquidação

CNPJ nº 23.680.782/0001-52 - NIRE 35300484789

Assembleia Geral Extraordinária de Extinção realizada em 01/08/2025

No primeiro dia de agosto do ano de dois mil e vinte cinco, às 09:00, em sua sede social situada em Itaquaquecetuba - SP, à Estrada dos Índios, 1060, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária os senhores acionistas da HMC Consultoria e Participações S.A. - Em Liquidação: **Presidente Da Mesa Diretora: Marcel Ichiro Bastos Kamiyama**, brasileiro, nascido em 15 de novembro de 1992, advogado, portador do RG 36.298.910-2 SSP/SP e do CPF 410.326.288-55, residente e domiciliado na Rua Afonso de Freitas, 143, apartamento 42, São Paulo - SP, CEP 04006-050; e **Secretária: Maria Celeste Granado Bastos de Sousa Kamiyama**, portuguesa, nascida em 30 de junho de 1959, funcionária pública estadual, portadora do RG 11.906.594-0 SSP/SP e do CPF 038.563.128-62, residente e domiciliada na Rua Afonso de Freitas, 143, apartamento 42, Paraíso, São Paulo - SP, CEP 04006-050, representando a **Totalidade do Capital Social e das Ações com Direito a Voto**, sendo dispensada a convocação (art. 124, §4º, da Lei 6.404/76), a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia: (I)** Prestação final de contas pelo liquidante (art. 216, caput, da Lei 6.404/76); e **(II)** Encerramento da liquidação e extinção da Sociedade (art. 219, I, da Lei 6.404/76). Abertos os trabalhos, o Presidente da Mesa e Liquidante, sr. Marcel Ichiro Bastos Kamiyama, apresentou o relatório de prestação de contas do processo de liquidação, que foi assinado em três vias por todos os presentes. Finalmente, foram votadas e aprovadas por unanimidade as seguintes deliberações: **I. Aprovar** a prestação de contas do Liquidante; **II. Encerrar** a liquidação e, em consequência, declarar extinta a Sociedade. Terminados os trabalhos, e inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada e assinada por todos os presentes. Itaquaquecetuba, 01 de agosto de 2025. **Marcel Ichiro Bastos Kamiyama e Maria Celeste Granado Bastos de Sousa Kamiyama**. JUCESP nº 294.305/25-7 em 08/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Empresários planejam usina a gás  
no DF usando 'jabuti'Empresas responsáveis: Termo Norte  
(de Suarez) e Diamante (de Pedro Kassab)

Dados cartográficos ©2025 Google

Unidades federativas do Centro-Oeste onde Suarez é sócio de distribuidoras estaduais de gás monopolistas



Ligação de 905 km entre São Carlos (SP) e Brasília (DF) é planejada pela TGBC (também de Suarez), que operaria o duto; ramal de 200 m no DF seria operado pela CebGás (controlada pelo governo do DF e que tem também Suarez como sócio)

**O que propõe o 'jabuti' do Congresso:** contratação de 1.000 MW de energia a gás no Centro-Oeste. Empresa cita em documentos que lei da venda da Eletrobras (14.182, que contém 'jabutis' obrigando contratação de termelétricas) embasa o plano da usina e diz que ajustes promovidos pela lei das eólicas offshore (15.097), que estão em análise no Congresso, tornam o projeto viável

## Weld Inox Soldas Especiais Ltda.

CNPJ/MF nº 50.479.443/0001-85 - NIRE 35.201.857.099

Redução de Capital

**Weld Inox Soldas Especiais Ltda.**, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob NIRE 35.201.857.099, CNPJ/MF nº 50.479.443/0001-85, com sede na cidade de Diadema-SP, na Rua Teyupa nº 106, Jardim Yamberê ("Sociedade"), vem a público, em virtude do capital social ser excessivo em relação ao seu objeto, divulgar a decisão dos sócios reduzir o capital social da Sociedade de R\$ 17.488.000,00 para R\$ 7.000.000,00, dividido em 7.000.000 quotas, com valor unitário de R\$ 1,00. Diadema/SP, 13/08/2025. Sergio Fernandes Miralha, Murilo Machado Cesar Miralha, Rodrigo Machado Cesar Miralha e Bianca Machado Cesar Miralha - sócios e administradores.

## Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 - NIRE 35.300.465.369 - Código CVM nº 025330 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

a ser realizada em 12 de setembro de 2025

**Allied Tecnologia S.A.** ("Allied" ou "Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das S.A."), e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29/03/2022, conforme alterada e em vigor ("Resolução CVM 81"), convocar Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **12 de setembro de 2025, às 11h00**, de forma exclusivamente presencial, na sede social da Companhia, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** alteração do caput do artigo 5º do Estatuto para atualizar o capital social da Companhia, em razão do aumento de capital social aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia dentro do limite do capital autorizado; **(ii)** a redução do capital social da Companhia, no montante de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), por considerá-lo excessivo, mediante restituição aos acionistas em dinheiro e sem o cancelamento de ações ("Redução de Capital"); **(iii)** caso seja aprovada a proposta constante no item (ii) acima, a alteração do caput do artigo 5º para refletir a Redução de Capital; **(iv)** consolidação do Estatuto em razão da aprovação das deliberações anteriores; e **(v)** autorização para os administradores praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, caso aprovadas. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração contemplando toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da AGE com a justificativa para a sua realização no formato presencial, o Boletim de Voto a Distância ("Boletim") e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto, conforme previsto na Resolução CVM 81, foram disponibilizados nesta data e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), em conformidade com as disposições da Lei das S.A. **Participação dos acionistas na AGE:** Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, desde que referidas ações estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escrituradas da Companhia ou em custódia fungível, conforme dispõe o artigo 126 da Lei das S.A.: **(i)** pessoalmente; **(ii)** por seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos; ou **(iii)** via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do modelo de Boletim e do item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos websites da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br). **Documentos necessários:** Os acionistas que desejem participar da AGE, que será presencial, deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia **10 de setembro de 2025**, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista ou, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; **(ii)** quando pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e **(iii)** quando fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). A Companhia esclarece que, excepcionalmente, dispensará o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notariação, a consularização ou apostilamento, conforme o caso, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia, do depositário central ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim, até **8 de setembro de 2025 (inclusive)**. Eventuais Boletins recebidos após essa data serão desconsiderados. As informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação na AGE, bem como a justificativa para a sua realização no formato presencial, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Extraordinária, que pode ser acessado nos websites da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). São Paulo/SP, 13 de agosto de 2025. **Rafael Patry Carneiro Leão** - Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16/08/2025)

## Partage Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 01.987.230/0001-59 - NIRE 35.300.354.71-1

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2025

**Local, data e hora:** Em 30/07/2025, às 10hs, na sede social. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia. **Mesa:** Presidente - Sr. Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista; Secretário(a) - Sr. Raphael Baptista Netto. **Deliberações aprovadas:** **(i) Aprovada** a outorga, pela Companhia, de garantia fidejussória na forma de Aval (conforme definido abaixo) no âmbito da 1ª emissão de notas comerciais escrituradas, em série única, da B28 Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Emitente"), no montante de até R\$ 440.000.000,00, na data de emissão ("Notas Comerciais Escrituradas" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, sob rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), sob o regime de garantia firme de colocação ("Oferta Pública"), nos termos e condições a serem acordados no "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escrituradas, em Série Única, para Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, da B28 Empreendimentos Imobiliários S.A." a ser celebrado entre a Emitente, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, CNPJ/MF nº 17.343.682/0001-38 ("Agente Fiduciário"), a Triage Empreendimentos e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.607.519/0001-07 ("Triage") e a Companhia ("Termo de Emissão"), incluindo a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários advocatícios, e demais encargos comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais Escrituradas, ou pelos titulares das Notas Comerciais Escrituradas, em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Notas Comerciais Escrituradas e/ou do Termo de Emissão ("Obrigações Garantidas"), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, conforme disposto no Termo de Emissão ("Aval"). Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escrituradas incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI - Depósito Interfinanceiro de 1 dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de até 1,75% ao ano, base 252 Dias Úteis. As Notas Comerciais Escrituradas terão o prazo e a data de vencimento definidos no Termo de Emissão. Os acionistas têm plena ciência e concordam que a Companhia somente poderá exigir e/ou demandar da Emitente qualquer valor honrado pela Companhia nos termos do Aval após os titulares das Notas Comerciais Escrituradas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos do Termo de Emissão; **(ii) Dispensar** a realização da reunião de diretoria prevista no artigo 11º, §5º do Estatuto Social e autorizar a diretoria a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima. Nada mais. São Paulo, 30/07/2025. JUCESP nº 277.677/25-7 em 11/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Rec Saphyr Cianê Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 14.335.686/0001-86 - NIRE 35.300.600.461

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 27 de novembro de 2024, às 10h30 - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a ata em epígrafe foi registrada sob o nº 52.457/25-4 em 10/02/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.





PUBLICIDADE LEGAL

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.

As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: [https://datamercantil.com.br/publicidade\\_legal/](https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais em 31/12/2024 e 31/12/2023 (valores expressos em reais)			Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (valores expressos em reais)		
Ativo	31/12/24	31/12/23	Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/24	31/12/23
<b>Circulante</b>	<b>19.155.136</b>	<b>90.988.925</b>	<b>Circulante</b>	<b>11.928.054</b>	<b>84.792.973</b>
Disponibilidades			Depósitos		
Depósitos bancários	477.818	4.785.444	Contas de pagamento pré-pagas	9.971.614	81.593.142
<b>Relações Interfinanceiras</b>			<b>Relações interfinanceiras</b>		
Créditos Vinculados	14.596.610	79.191.134	Obrigações por transações de pagamentos	354.843	675.552
<b>Instrumentos financeiros</b>			<b>Outras obrigações</b>		
Títulos e valores mobiliários	858.589	4.235.706	Impostos e contribuições a recolher	219.026	266.221
<b>Outros Créditos</b>			Provisão para contingências	627.134	516.801
Rendas a receber	674.501	153.303	Credores Diversos	440.296	875.631
Transações com sociedades ligadas	-	616.241	Transações com sociedades ligadas	15.846	248.508
Impostos e contribuição a compensar	721.643	1.960.301	Outros Passivos	299.293	617.119
<b>Outros valores e bens</b>			<b>Não circulante</b>	<b>5.000.000</b>	<b>5.000.000</b>
Despesas antecipadas	-	46.796	Diversas		
Diversos	1.825.975	-	Obrigações por transações de pagamentos	5.000.000	5.000.000
<b>Não circulante</b>	<b>221.248</b>	<b>3.549.037</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.448.330</b>	<b>4.744.989</b>
<b>Outros Créditos</b>			Capital social	52.239.825	14.000.033
Diversos	130.000	130.000	Prejuízos acumulados	(49.791.495)	(9.255.044)
Impostos e contribuição a compensar	10.420	836.600	<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>19.376.384</b>	<b>94.537.962</b>
<b>Outros valores e bens</b>					
Despesas antecipadas	55.655	1.652			
<b>Permanente</b>					
<b>Imobilizado de uso</b>					
Imobilizado	149.551	173.261			
(-) Depreciação acumulada	(126.378)	(128.293)			
<b>Intangível</b>					
Ativos intangíveis	358.831	2.892.649			
(-) Amortização acumulada	(356.831)	(356.832)			
<b>Total do Ativo</b>	<b>19.376.384</b>	<b>94.537.962</b>			

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (valores expressos em reais)			
	01/07/24 a 31/12/24	31/12/24	31/12/23
Prejuízo do semestre/exercício	(40.556.853)	(40.574.192)	(4.113.163)
Outros resultados abrangentes			
Resultado abrangente do semestre/exercício	(40.556.853)	(40.574.192)	(4.113.163)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (valores expressos em reais)			
	01/07/24 a 31/12/24	31/12/24	31/12/23
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(40.556.853)</b>	<b>(40.574.192)</b>	<b>(4.113.163)</b>
<b>Ajustes ao (Prejuízo) por:</b>			
Baixas do Ativo Fixo	3.211.726	3.211.726	-
Depreciação e Amortização	146.349	239.504	(14.259)
Provisão para passivos contingentes	59.618	110.334	445.087
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(24.357)
<b>Resultado Líquido Ajustado</b>	<b>(37.139.160)</b>	<b>(37.012.628)</b>	<b>(3.706.692)</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos</b>	<b>(394.775)</b>	<b>326.698</b>	<b>(511.121)</b>
Rendas a receber	(277.624)	(521.198)	128.530
Transações com sociedades ligadas	633.345	616.241	-
Diversos (a receber)	(1.825.975)	(1.825.975)	198.747
Impostos e contribuições a compensar	1.073.433	2.064.838	(840.762)
Despesas antecipadas	2046	(7.208)	2.364
<b>(Aumento) redução nos passivos</b>	<b>(52.336.167)</b>	<b>(72.975.252)</b>	<b>(10.698.224)</b>
Obrigações por transações de pagamentos	(457.368)	(320.709)	(10.902.171)
Contas de pagamento pré-pagas	(51.023.778)	(71.621.528)	47.746
Impostos e contribuições a recolher	(41.629)	(47.195)	92.361
Outros Passivos	(345.347)	(317.826)	307.947
Credores Diversos	(296.241)	(435.334)	(366.868)
Transações com sociedades ligadas	(171.805)	(232.660)	-
Diversos	-	-	122.761
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(89.870.103)</b>	<b>(109.661.181)</b>	<b>(14.916.040)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de intangível	(94.563)	(895.617)	(2.445.142)
Aquisição de imobilizado	-	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investim.</b>	<b>(94.563)</b>	<b>(895.617)</b>	<b>2.445.142</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital	37.239.793	38.239.793	-
Ajuste patrimônio líquido	37.740	37.740	-
<b>Caixa Líquido das atividades de financiamento</b>	<b>37.277.533</b>	<b>38.277.533</b>	<b>-</b>
<b>Varição do caixa e equiv. de caixa</b>	<b>(52.687.135)</b>	<b>(72.279.265)</b>	<b>(17.361.181)</b>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>			
No final do exercício	15.933.018	15.933.018	88.212.284
No início do exercício	68.620.152	88.212.284	105.573.465
<b>Varição do caixa equivalentes de caixa</b>	<b>(52.687.135)</b>	<b>(72.279.265)</b>	<b>(17.361.181)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional:** A EWALLY Instituição de Pagamento S.A. ("Ewally" ou "Companhia"), nova denominação de Ewally Tecnologia e Serviços S.A. desde 23/09/2021, foi constituída em 19/07/1995, e desde 01/03/2016 é uma Companhia por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com sede na Rua da Consolação, 2302 - 4º Andar - Conjunto 42 - Sala 118 - Consolação - CEP 01302-001. A Companhia tem por objeto social ("negócios"): i. prestação de serviços de processamento de dados; ii. desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; iii. atividade de consultoria empresarial; iv. participações em outras Sociedades; v. desenvolvimento, administração e gestão de arranjos de pagamentos, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público; vi. desenvolvimento, administração e gestão de programas de cartões de convênios, cartões de crédito, cartões de débito, cartões pré-pagos e de pagamentos com meios eletrônicos; vii. intermediações de convênios regulados pelo sistema PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador; viii. prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar, a receber e aceitação de depósitos (ou créditos) dos usuários; ix. administração de recebíveis provenientes das transações realizadas pelos usuários; x. gestão de pagamentos e recebimentos por conta e ordem de terceiros; xi. prestação de serviços de autorizações de transações realizadas pelos usuários; xii. aquisição de direitos creditórios de outrem; e xiii. Iniciador de Pagamento. Os usuários da Ewally utilizam suas contas digitais de pagamentos (pré-pagas) para realização de compras, transferências, pagamentos e emissão de boletins, incluindo créditos em recargas de celulares e bilhetes de transportes, bem como APIs flexíveis para gerenciar seus pagamentos. Em 18/01/2021, a Companhia ultrapassou o limite máximo de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em transações de pagamento, considerando o somatório dos valores correspondentes aos doze meses anteriores. Tal condição, possibilitou a Companhia a ingressar com o pedido de autorização de funcionamento junto ao Banco Central do Brasil ("BACEN"), nos termos da Circular nº 3.885, de 26/03/2018. O pedido foi protocolado junto ao BACEN no dia 26 março 2021 e recebeu autorização para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissor de moeda eletrônica e iniciador de transação de pagamento, segundo despacho no Diário Oficial da União ("DOU") em 06/10/2022. Neste contexto, a Ewally iniciou a homologação de sua conta de liquidação junto ao BACEN em novembro de 2022, com a entrada em produção gradual desde o mês de abril de 2023, para consequente internalização das operações em moeda eletrônica de seus usuários, permitindo que as transações financeiras de suas contas de pagamento digitais sejam realizadas diretamente por meio deste sistema, sob o código bancário 534. Seguindo o seu planejamento operacional, em outubro de 2023, a Ewally, após nova obtenção de aprovação do Banco Central, iniciou a sua operação no Sistema de Pagamentos Instantâneos ("PIX Direto") e em janeiro de 2024 a Ewally, por meio de sua conta de liquidação junto ao Sistema de Pagamentos Brasileiros (SPB), iniciou as operações de Transferência Eletrônica Disponível (TED) inexistindo a necessidade de bancos parceiros para tais operações. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:** A partir de 01/01/2025, entraram em vigor: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23 e normas complementares. Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, que estabelece novas regras contábeis para instrumentos financeiros com base nos conceitos da norma internacional IFRS 9. A nova resolução substituiu as resoluções e circulares do Banco Central do Brasil que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros e da provisão para devedores duvidosos, como a Res. CMN nº 2.682/99 - que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa das instituições financeiras desde 1999 - e as circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03 (emitidas pelo Bacen), aplicáveis aos títulos e aos valores mobiliários. A resolução CMN nº 4.966/21 estabelece às instituições financeiras avaliem seus instrumentos financeiros e os classifiquem e mensurem conforme as regras de negócio estipuladas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31/12/2024 e 31/12/2023 (valores expressos em reais)			
	Capital Social	Lucro/Prejuízo Acumulado	Total
<b>Contas do Patrimônio Líquido</b>			
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>14.000.033</b>	<b>(9.255.043)</b>	<b>4.744.990</b>
Aumento de capital social	1.000.000	-	1.000.000
Prejuízo do exercício	-	(17.339)	(17.339)
<b>Saldo em 30/06/2024</b>	<b>15.000.033</b>	<b>(9.272.382)</b>	<b>5.727.651</b>
Aumento de capital social	37.239.793	-	(37.239.793)
Prejuízo do exercício	-	(40.556.853)	(40.556.853)
(+/-) resultado de exercícios anteriores	-	37.740	37.740
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>52.239.826</b>	<b>(49.791.496)</b>	<b>2.448.330</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>38.239.793</b>	<b>(40.536.453)</b>	<b>(2.296.660)</b>
<b>Saldo em 01/12/2023</b>	<b>14.000.033</b>	<b>(5.141.880)</b>	<b>8.858.153</b>
Aumento de capital social	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(4.113.163)	(4.113.163)
<b>Saldo em 31/12/2023</b>	<b>14.000.033</b>	<b>(9.255.043)</b>	<b>4.744.990</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>-</b>	<b>(4.113.163)</b>	<b>(4.113.163)</b>

aspectos a resolução requer que as instituições mensurem suas provisões para créditos de liquidação duvidosa com base no conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes. No ano de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à Res. CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, como por exemplo, tratamento das seguintes matérias: a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observadas pelas instituições financeiras; reconhecimento de custos de transação materiais; apropriação de receita. **Transição:** Conforme a Resolução BCB nº 352/23 - Art. 94, a aplicação dos preceitos estabelecidos pela resolução deverá ser aplicada de forma prospectiva às demonstrações financeiras, a partir de 01/01/2025. Dessa forma, os saldos referentes a 31/12/2024, bem como aos semestres findos naquele ano não foram ajustados e não requerem republicação, após avaliação dos possíveis impactos dos novos normativos não foram observados efeitos na adoção inicial que deveriam ser contabilizados no patrimônio líquido de 01/01/2025. **Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21:** Pelas análises efetuadas e com base no modelo de negócios de cada produto, descrevemos abaixo de forma resumida o resultado dos modelos de negócios designados para cada família de produto e sua respectiva classificação:

Produto	Conta	Modelo de Negócios	Classificação
Caixa e Equivalentes	1.1.2.30.00 - Depósitos bancários de instituições sem conta reserva	Coletar fluxo de caixa/contratual	Valor Justo
Títulos e valores mobiliários	1.3.1.10.25 - Certificado depósito bancário	Outros modelos denegócio	Valor justo no resultado
Outros Créditos	1.8.8.92.00 - Devedores Diversos - País	Outros modelos denegócio	Valor justo no resultado
<b>Modalidade de Passivo</b>		<b>Classificação Resolução BCB nº 4966/21</b>	
Instrumentos Financeiros		Custo Amortizado	
Fornecedores		Custo Amortizado	
Relações Interfinanceiras		Custo Amortizado	
Créditos a efetuar para estabelecimentos		Custo Amortizado	
Outras Contas a Pagar		Custo Amortizado	
Dividendos a Pagar		Custo Amortizado	

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras: Base de preparação:** As Demonstrações Financeiras da Ewally são produzidas em consonância com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil, especialmente no que tange à Instituições de Pagamentos, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCB"), conforme as diretrizes estabelecidas pela Resolução BCB nº 2/2020, já com as alterações introduzidas pela Resolução BCB 367/2024. As transações foram registradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo naquilo que couber. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas sobre o pressuposto da continuidade operacional. No exercício de 2024, conforme apresentado, a Companhia apresentou prejuízo operacional. Contudo, pressupõe-se sua continuidade operacional, cujas premissas pautam-se sobre (i) o seu grau de liquidez corrente, (ii) o constante valor realizado de Total de Pagamentos (TPV), (iii) o saldo de depósitos de terceiros em contas de pagamento pré-pagas, gerando consequentemente ganhos por meio de rendimentos financeiros e (iv) obtenção de receita por meio de novos produtos em desenvolvimento, que vão ao encontro do planejamento estratégico da Companhia As Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 foram aprovadas pela administração em 02/05/2025.

**Administração**

**Joamir Parmejani Bisterzo - Diretor Presidente**

**Denis Marques Amorim - Diretor**

**Fbiso Sociedade Contábil S/S - Responsável Técnico Pela Contabilidade**

**Waldir Vicente D'Agrella - Contador/CRC 1SP205405/O-0**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

para fins comparativos, foram auditados sob a responsabilidade de outro auditor, cujo relatório de auditoria foi emitido em 28/03/2024, contendo opinião sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos o comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas

referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 02/05/2025.

**Grant Thornton**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O

**Luís Roberto Cardoso Inacio**  
Contador  
CRC 1RJ-109.628/O-0

## NEGÓCIOS

### BNDES anuncia investimento de R\$ 405 milhões em empresa de carros voadores da Embraer



O BNDES anunciou nesta quinta-feira (14) o investimento direto de US\$ 74,9 milhões (R\$ 405 milhões) na compra de ações da Eve Air Mobility, subsidiária da Embraer que desenvolve uma eVTOL, aeronave elétrica conhecida como carro voador, que será fabricada em Taubaté (SP).

Segundo o BNDES, o apoio será realizado por meio da compra de BDRs, certificados emitidos no Brasil lastreados em ações ordinárias emitidas pela Eve nos Estados Unidos, em uma oferta privada. Após sua conclusão, a Eve planeja disponibilizar BDRs na Bolsa brasileira.

Os investimentos diretos do banco estatal estão a

cargo da subsidiária BNDESPar e seguem o anúncio, em junho, da retomada da compra de participação de empresas após cerca de dez anos. O banco afirmou na ocasião que pretende investir até R\$ 10 bilhões em companhias com iniciativas voltadas a transição ecológica, descarbonização e inovação.

"O apoio do BNDES é um passo estratégico para colocar o Brasil na vanguarda da mobilidade aérea sustentável", disse em nota o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

O BNDES afirma que o investimento busca fortalecer a estrutura de capital e apoiar as atividades de pesquisa e desenvolvimento essenciais para a execução

do plano de negócios da Eve.

O anúncio também marca o terceiro apoio do banco estatal ao braço da Embraer em menos de um ano. Em outubro de 2024, o BNDES aprovou um financiamento de R\$ 500 milhões para a construção da unidade de produção da Eve em Taubaté. Na ocasião, a fonte dos recursos foi o programa BNDES Mais Inovação.

Em dezembro, a instituição aprovou um outro financiamento de mais R\$ 200 milhões para desenvolvimento de protótipos por meio do Fundo Clima.

Já o investimento direto com compra de ações da Eve marca a segunda operação do tipo desde a retomada.

Folhapress

### KPMG: Fusões e aquisições de hospitais e laboratórios aumentam 45% no 1º semestre



Operações envolvendo fusões e aquisições de hospitais e clínicas de análise aumentaram 45% no Brasil ao longo do primeiro semestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 2024. Ao todo, foram realizadas 16 transações desse tipo entre janeiro e junho, aponta levantamento feito pela consultoria KPMG.

Do total, dez foram realizadas entre empresas brasileiras, outras três envolveram empresas estrangeiras adquirindo companhia nacional, duas foram de empresas nacionais ad-

quirindo de empresas com sede no exterior operação em outro país, e uma foi de empresas internacionais comprando operação fixada no Brasil.

A análise faz parte da pesquisa trimestral feita pela consultoria com 43 setores da economia. De acordo com o levantamento, ao todo, as empresas brasileiras fizeram 739 operações de fusões e aquisições no primeiro semestre. Esse número representa uma queda de 4,8% em relação ao mesmo período de 2024, quando foram concretizadas 776 transações desse tipo.

Segundo a consultoria, o estudo revelou que houve um aumento na quantidade de transações em que investidores estrangeiros compram empresas brasileiras. No primeiro semestre deste ano, foram 199 operações desse tipo contra 178 observadas no mesmo período do ano passado, um acréscimo de quase 12%.

O mesmo movimento aconteceu nas operações em que organizações brasileiras adquiriram outra estabelecida no exterior, passando de 47, nos primeiros meses do ano passado, para 58 este ano, aumento de 23%.

IstoÉDinheiro

IstoÉDinheiro

### Keeta vai à Justiça contra 99Food com acusações de práticas 'anticoncorrenciais'

A Keeta, marca internacional do aplicativo de delivery chinês Meituan que deve chegar ao Brasil ainda este ano, entrou com uma ação judicial contra a 99Food. A empresa busca uma medida liminar da Justiça de São Paulo que suspenda "cláusulas de bloqueio" incluídas nos contratos da 99 com restaurantes.

Segundo a Keeta, os contratos da 99Food "buscam criar um duopólio entre iFood e 99Food, estabelecendo uma barreira artificial a novos entrantes como a Keeta" e "não estão em conformidade com a lei e as regras de concorrência, como a 99Food alega. São abusivas e anticoncorrenciais, e tentam fechar o mercado para apenas dois concorrentes, limitando a escolha do consumidor e minando os princípios de um mercado livre e justo". Para estimular a assinatura dos contratos, a 99Food estaria, segundo a Keeta, oferecendo "altos pagamentos antecipados".

Procurada por IstoÉ Dinheiro para comentar o processo movido pela

Keeta, a 99Food ainda não retornou. O espaço segue aberto para manifestação, e o texto será atualizado caso haja resposta.

Em julho, a IstoÉ Dinheiro mostrou que a 99Food assinava contratos com restaurantes estabelecendo a chamada "semi-exclusividade", impedindo o cadastro em plataformas concorrentes menores, como Rappi e Keeta. Na ocasião, a empresa afirmou que os acordos só eram firmados com parceiros considerados estratégicos.

Na esteira do fim de vários contratos de exclusividade firmados pelo iFood e depois proibidos pelo Cade, três empresas de delivery de comida anunciaram investimentos bilionários no Brasil no começo de 2025. Entre o fim de abril e o início de maio, a 99Food anunciou R\$ 1 bilhão; o Rappi, R\$ 1,4 bilhão ao longo dos próximos três anos; e a Meituan investirá R\$ 5,6 bilhões para trazer pela primeira vez seu aplicativo Keeta ao país.